



UNifeob
| ESCOLA DE NEGÓCIOS

2023

PROJETO INTEGRADO



UNIFEOB

CENTRO UNIVERSITÁRIO DA FUNDAÇÃO DE ENSINO

OCTÁVIO BASTOS

ESCOLA DE NEGÓCIOS

CIÊNCIAS CONTÁBEIS

PROJETO DE CONSULTORIA EMPRESARIAL

RISCOS E OPORTUNIDADES NO AGRONEGÓCIO

FLAVIO DONIZETTI PEREIRA

SÃO JOÃO DA BOA VISTA, SP

NOVEMBRO 2023

UNIFEOB
CENTRO UNIVERSITÁRIO DA FUNDAÇÃO DE ENSINO
OCTÁVIO BASTOS
ESCOLA DE NEGÓCIOS
CIÊNCIAS CONTÁBEIS

PROJETO DE CONSULTORIA EMPRESARIAL
RISCOS E OPORTUNIDADES NO AGRONEGÓCIO
FLAVIO DONIZETTI PEREIRA

MÓDULO DE TÓPICOS ESPECIAIS

Contabilidade Pública – Prof. Paulo César Montanheiro
Gestão de Investimentos e Riscos – Prof. Luiz Fernando Pancine
Tecnologia da Informação e Business Intelligence – Profª. Mariângela M. Santos
Tópicos Especiais em Ciências Contábeis – Prof. Antonio Donizeti Fortes
Projeto de Tópicos Especiais – Profª. Ana Carolina Maldonado Matos

Estudantes:

Dirceu Ferreira Melchiades Junior, RA 20001396
Emily Caroline Silva Soares, RA 20001617
Guilherme Ferreira Mariano, RA 23000178
Juan Gustavo Lino, RA 20000796
Kelvin Augusto da Silva Magalhães, RA 20001381

SÃO JOÃO DA BOA VISTA, SP
NOVEMBRO 2023

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	4
2	DESCRIÇÃO DA EMPRESA	5
3	PROJETO DE CONSULTORIA EMPRESARIAL	6
3.1	TÓPICOS ESPECIAIS EM CIÊNCIAS CONTÁBEIS	6
3.1.1	CONTABILIDADE NO AGRONEGÓCIO	7
3.1.2	MERCADOS FINANCEIROS NO AGRONEGÓCIO	9
3.2	GESTÃO DE INVESTIMENTOS E RISCOS	12
3.2.1	TIPOS DE RISCOS	12
3.2.2	MATRIZ DE RISCO	13
3.2.3	PARECER SOBRE INVESTIMENTOS E RISCOS	14
3.3	TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO E BUSINESS INTELLIGENCE	15
3.3.1	DASHBOARD	16
3.3.2	ANALISANDO O DASHBOARD	17
3.4	CONTABILIDADE PÚBLICA	17
3.4.1	CONCEITO DA CONTABILIDADE PÚBLICA E CLASSIFICAÇÃO DAS PRINCIPAIS LEIS ORÇAMENTÁRIAS - (CF, LEI 4.320/64 e LRF).	17
3.4.2	MARCAS QUE DEFINEM O DESEMPENHO DA GESTÃO PÚBLICA: PPA, LDO E LOA	21
3.4.3	REGISTROS CONTÁBEIS NA CONTABILIDADE PÚBLICA	23
3.5	CONTEÚDO DA FORMAÇÃO PARA A VIDA: LIDERANDO NA ATUALIDADE	25
3.5.1	LIDERANDO NA ATUALIDADE	25
3.5.2	ESTUDANTES NA PRÁTICA	27
4	CONCLUSÃO	28
	REFERÊNCIAS	29

1 INTRODUÇÃO

Através deste trabalho, elaborado durante o módulo de Tópicos Especiais do curso de Ciências Contábeis, buscou-se mostrar os diversos ramos do estudo da contabilidade, suas funcionalidades na atividade rural e pública e, portanto, a necessidade de sua aplicação na elaboração de estratégias na busca de melhor rendimento.

Mediante conteúdos abordados em sala de aula e através de análises realizadas serão exibidos as conclusões sobre a atual conjuntura financeira da empresa.

Tópicos especiais serão abordados os conceitos da contabilidade voltado para o agronegócio, como os ativos são registrados e as particularidades de que diferem da contabilidade industrial, comercial e prestação de serviços. Será abordada a forma correta de contabilização dos ativos biológicos e dos produtos agrícolas, que embora pareçam ser a mesma coisa, possuem diferenças relevantes que devem ser observadas para devida contabilização.

Gestão de investimentos e riscos serão evidenciados os possíveis riscos que possam ocorrer na gestão da instituição, que podem ser operacionais, financeiros, sistemáticos e não sistemáticos. E também irá salientar sobre a importância de ter foco no planejamento em todos os níveis estratégicos.

Tecnologia da informação e Business Intelligence (BI) de forma clara e objetiva, serão apresentados em gráficos e tabelas dinâmicas (dashboard) os dados obtidos por meio das análises financeiras realizadas em cada disciplina dessa pesquisa. Fornecendo então, as informações de relevância para o agricultor realizar a tomada de decisão.

Contabilidade Pública será apresentada seus fundamentos e principais aplicabilidades. Nela será realizado um comparativo entre as leis e suas mudanças ao longo do tempo, além de mostrar a influência dela nas rotinas do campo.

Na formação para vida, será demonstrado os princípios de liderança, as métricas para liderar pessoas e a vida. Atualmente, lidar com pessoas e situações no trabalho exigem muito dos empresários e de seus subordinados, portanto, é imprescindível que quem faz parte da empresa tenha pulso firme nas tomadas de decisões ao mesmo tempo saiba conduzir um bom relacionamento com a equipe.

2 DESCRIÇÃO DA EMPRESA

A empresa analisada neste semestre não possui CNPJ por tratar-se de um produtor rural, Flavio Donizetti Pereira atua no ramo de cafeicultura aproximadamente trinta anos. A administração do negócio está situada no Sítio Harmonia, bairro Conceição, no município de Caconde-SP .

O cultivo está localizado aos arredores da propriedade e na época de safra contrata-se indivíduos para contribuir significativamente na colheita e distribuição de café. Seu único cliente é a Cooxupé.

O Brasil é o maior produtor de café do mundo, e de acordo com a Embrapa (Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária) o estado de Minas Gerais lidera o ranking nacional, seguido por Espírito Santo, São Paulo e Paraná. Dentro deste contexto, o município de Caconde se destaca neste tipo de cultura na região.

3 PROJETO DE CONSULTORIA EMPRESARIAL

3.1 TÓPICOS ESPECIAIS EM CIÊNCIAS CONTÁBEIS

A contabilidade desempenha um papel fundamental no agronegócio, assim como em qualquer outra área empresarial. Ela é crucial para a gestão eficiente e sustentável das atividades agrícolas e agroindustriais.

Algumas razões da contabilidade ser importante para o agronegócio são:

- Tomada de decisão: A contabilidade fornece informações financeiras precisas e atualizadas que auxiliam os gestores e proprietários de empresas agrícolas a tomar decisões informadas. Isso inclui decisões sobre investimentos, compra de equipamentos, expansão da produção, alocação de recursos e muito mais.
- Controle financeiro: A contabilidade ajuda a controlar as finanças da empresa, monitorando receitas, despesas, fluxo de caixa e lucros. Isso é vital para garantir a sustentabilidade financeira do negócio, especialmente em um setor como o agronegócio, que está sujeito a variações sazonais e climáticas.
- Planejamento tributário: A contabilidade ajuda a otimizar a carga tributária da empresa, identificando deduções fiscais legais e estratégias de economia de impostos específicas para o setor agrícola, como créditos rurais e benefícios fiscais para a agricultura.
- Análise de custos: O agronegócio envolve diversos custos, desde a compra de insumos até a logística de distribuição. A contabilidade permite uma análise detalhada dos custos envolvidos na produção agrícola, ajudando a identificar áreas onde os gastos podem ser reduzidos e a eficiência aumentada.
- Acesso a financiamento: Instituições financeiras e investidores frequentemente exigem demonstrações financeiras auditadas e relatórios contábeis para avaliar a saúde financeira de uma empresa antes de fornecer financiamento. A contabilidade adequada é fundamental para garantir o acesso a crédito e investimentos necessários para o crescimento.
- Conformidade regulatória: O setor agrícola está sujeito a regulamentações governamentais e ambientais rigorosas. A contabilidade auxilia na manutenção da

conformidade com essas regulamentações, garantindo que a empresa esteja operando dentro das normas legais.

Sobre os benefícios da divulgação da contabilidade no agronegócio, os principais são:

- **Transparência:** A divulgação das informações financeiras proporciona maior transparência, o que é importante para ganhar a confiança dos parceiros de negócios, investidores, clientes e reguladores.
- **Credibilidade:** Empresas agrícolas que divulgam suas informações financeiras de maneira adequada geralmente são vistas como mais confiáveis e sólidas, o que pode atrair investidores e financiamento mais facilmente.
- **Comunicação eficaz:** A divulgação contábil facilita a comunicação com partes interessadas internas e externas, permitindo que todos tenham uma compreensão clara da saúde financeira da empresa e de suas perspectivas futuras.
- **Benchmarking:** A divulgação permite que as empresas comparem seu desempenho financeiro com o de outras empresas do setor, identificando áreas de melhoria e oportunidades de crescimento.
- **Acesso a mercados:** Em alguns casos, a divulgação pode ser necessária para acessar mercados internacionais ou cumprir requisitos de certificação de qualidade, que são cada vez mais importantes no agronegócio.

Em resumo, a contabilidade desempenha um papel crucial no agronegócio, ajudando a gerenciar as finanças, tomar decisões estratégicas e garantir a conformidade regulatória. A divulgação adequada das informações contábeis oferece benefícios adicionais, como transparência, credibilidade e acesso a financiamento e mercados.

3.1.1 CONTABILIDADE NO AGRONEGÓCIO

A contabilidade rural é uma área da contabilidade que se concentra na gestão financeira e contábil das atividades relacionadas à agricultura, pecuária e outras atividades rurais. Ela difere da contabilidade convencional devido às particularidades do setor agrícola e às características específicas dos ativos biológicos. Seguem algumas particularidades da contabilidade rural e conceitos de ativo biológico:

Ativo Biológico:

“Ativo biológico é um animal e/ou uma planta, vivos.” (CPC 29, p. 3).

De uma forma um pouco mais abrangente, são itens vivos que estão relacionados a atividades agrícolas, como plantas cultivadas, animais de criação, peixes em pisciculturas,

entre outros. Abaixo segue a tabela disponível CPC 29 com alguns exemplos de ativos biológicos.

Tabela I - Exemplos de ativos biológicos e produtos agrícolas

Ativos biológicos	Produto agrícola	Produtos resultantes do processamento após a colheita
Carneiros	Lã	Fio, tapete
Plantação de árvores para madeira	Árvore cortada	Tora, madeira serrada
Gado de leite	Leite	Queijo
Porcos	Carcaça	Salsicha, presunto
Plantação de algodão	Algodão colhido	Fio de algodão, roupa
Cana-de-açúcar	Cana colhida	Açúcar
Plantação de fumo	Folha colhida	Fumo curado
Arbusto de chá	Folha colhida	Chá
Videira	Uva colhida	Vinho
Árvore frutífera	Fruta colhida	Fruta processada
Palmeira de dendê	Fruta colhida	Óleo de palma
Seringueira	Látex colhido	Produto da borracha
Algumas plantas, por exemplo, arbustos de chá, videiras, palmeira de dendê e seringueira, geralmente, atendem à definição de planta portadora e estão dentro do alcance do CPC 27. No entanto, o produto de planta portadora, por exemplo, folhas de chá, uvas, óleo de palma e látex, está dentro do alcance do CPC 29. (Item alterado pela Revisão CPC 08)		

Fonte: Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC 29

Eles são considerados ativos no balanço patrimonial de uma empresa agrícola, e seu valor pode mudar ao longo do tempo devido a fatores como crescimento, desenvolvimento, reprodução e variações no valor de mercado.

Os ativos biológicos são mensurados a valor justo, o que significa que seu valor é determinado com base no valor de mercado atual.

Valor Justo: É o preço que seria obtido pela venda de um ativo biológico em uma transação de mercado atual entre partes interessadas e independentes. A mensuração a valor justo é fundamental na contabilidade rural, uma vez que os ativos biológicos podem ter flutuações significativas de valor ao longo do tempo.

Reconhecimento e Mensuração: Os ativos biológicos são inicialmente reconhecidos ao custo, que inclui todos os gastos necessários para colocar o ativo em sua condição atual. Após o reconhecimento inicial, os ativos biológicos são mensurados a valor justo, com as variações no valor justo sendo registradas no resultado do período.

Depreciação e Amortização: Na contabilidade rural, a depreciação e a amortização são aplicadas aos ativos biológicos, mas seu cálculo pode ser diferente do utilizado para ativos fixos, já que os ativos biológicos têm características de crescimento e maturação.

Exemplos de ativos biológicos incluem árvores de frutas em uma plantação, gado em uma fazenda de criação de gado, peixes em uma piscicultura e culturas agrícolas.

A contabilidade rural também envolve a geração de relatórios financeiros que fornecem informações detalhadas sobre o desempenho das atividades agrícolas, incluindo custos de produção, receitas, margens de lucro e valor justo dos ativos biológicos.

A contabilidade rural geralmente segue normas contábeis específicas, como as Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao Setor Agropecuário (NBC-T 10).

É importante que as empresas agrícolas compreendam essas particularidades da contabilidade rural e os conceitos de ativo biológico para garantir que suas operações sejam adequadamente registradas e relatadas, permitindo uma gestão financeira eficaz e a tomada de decisões informadas no setor agrícola.

A empresa pesquisada possui ativos biológicos, que são os pés de café, há atualmente 65.000 árvores que estão distribuídas em 4,84 hectares que proporcionam uma média de 13.429/ha, e uma produtividade de 541 sacas por safra com um média de 111,77 por hectare. No Brasil há uma variação da quantidade de árvores plantadas por hectare a depender da região e tipo de espaçamento entre elas, segue abaixo as classificações de área plantada encontradas no Brasil.

Tradicional: até 3.000 plantas/ha.

Semi Adensado: de 3.000 a 5.000 plantas/ha.

Adensado: de 5.000 a 10.000 plantas/ha.

Superadensado: de 10.000 a 20.000 plantas/ha.

Hiperadensado: acima de 20.000 plantas/ha.

Podemos observar que a organização pesquisada está entre as plantações classificadas como superadensadas. Isso proporciona uma produtividade muito maior do que a média nacional, que está prevista para 28,9 sacas de café por hectare em 2023, de acordo com a Embrapa (Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária).

3.1.2 MERCADOS FINANCEIROS NO AGRONEGÓCIO

O mercado financeiro agropecuário no Brasil desempenha um papel crucial na economia do país, dado que o Brasil é um dos maiores exportadores de produtos

agropecuários do mundo. O setor agropecuário é uma parte fundamental da economia brasileira e, como tal, requer uma série de instrumentos financeiros e linhas de crédito para atender às necessidades dos agricultores e pecuaristas.

Para atender as necessidades de aquisição de insumos, implementos agrícolas, armazenagem e distribuição dos produtores rurais, desde os pequenos produtores até as grandes fazendas e corporações, existem linhas de crédito específicas que oferecem condições diferenciadas tendo em vista as particularidades produtivas do mercado agropecuário. Seguem algumas linhas de crédito bastante utilizadas atualmente pelos produtores rurais.

- Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF): Destinado a agricultores familiares e empreendedores rurais de pequeno porte, oferece taxas de juros mais baixas e prazos mais longos.
- Programa Nacional de Apoio ao Médio Produtor Rural (PRONAMP): Destinado a produtores rurais com médio porte, também oferece condições vantajosas de financiamento.
- Programa de Modernização da Agricultura e Conservação de Recursos Naturais (PROAGRO): Voltado para a proteção contra riscos climáticos e fitossanitários, ajuda os agricultores a garantir suas safras.
- Programa de Incentivo à Inovação Tecnológica na Produção Agropecuária (INOVA AGRO): visa fomentar a inovação e o desenvolvimento tecnológico no setor.
- Programa de Sustentação do Investimento (PSI): Oferece condições especiais para financiamento de máquinas e equipamentos agrícolas.
- Fundo de Terras e da Reforma Agrária (FTRA): Financia a compra de terras por agricultores familiares e assentados da reforma agrária.
- Programa de Desenvolvimento Cooperativo para Agregação de Valor à Produção Agropecuária (PRODECOOP): Estimula a formação de cooperativas para agregar valor à produção.

Com relação a empresa pesquisada, verificamos que por ser um pequeno produtor, eles estão restritos a algumas linhas de crédito, e no momento utilizam apenas o PRONAF (Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar).

No mercado financeiro as instituições bancárias, como o Banco do Brasil, a Caixa Econômica Federal, bancos privados e as cooperativas de crédito como Sicredi e Sicoob oferecem uma variedade de produtos financeiros específicos para o setor agropecuário, incluindo empréstimos, financiamento de máquinas e equipamentos, crédito para custeio de safras, entre outros através das linhas de créditos supracitadas. Muitas vezes, esses produtos

financeiros são subsidiados pelo governo federal para estimular o crescimento do setor. É importante mencionar que as políticas e programas de crédito no Brasil estão sujeitos a mudanças ao longo do tempo, de acordo com as políticas governamentais e as condições econômicas.

Para garantir maior segurança às instituições financeiras e aos produtores existem alguns contratos específicos para o setor.

Os contratos que oferecem segurança na aquisição de crédito rural são essenciais para garantir que os produtores rurais possam obter financiamentos para suas atividades agropecuárias. Abaixo estão alguns dos principais contratos e mecanismos que oferecem segurança na aquisição de crédito rural no Brasil:

- **Contratos de Penhor Rural:** Nesse tipo de contrato, o produtor rural oferece uma garantia em forma de bens móveis, como máquinas agrícolas, animais, ou produtos agrícolas armazenados. Isso fornece segurança ao credor, uma vez que o bem penhorado pode ser usado para quitar a dívida em caso de inadimplência.
- **Contratos de Alienação Fiduciária:** Esses contratos envolvem a transferência da propriedade de um bem móvel, como um trator, para o credor como garantia. O devedor mantém a posse e o uso do bem, mas a propriedade fica com o credor até que o contrato seja quitado.
- **Contratos de Hipoteca Rural:** Para bens imóveis, como terras agrícolas, os agricultores podem celebrar contratos de hipoteca para garantir empréstimos. Isso permite que o credor tenha um direito de garantia sobre a propriedade e, em caso de inadimplência, pode executar a hipoteca e vender a propriedade para recuperar o valor emprestado.
- **Contratos de Cessão Fiduciária de Direitos Creditórios do Agronegócio (CDFDCA):** Esse tipo de contrato envolve a cessão fiduciária de direitos creditórios relativos a operações de crédito rural. Estes contratos permitem que o credor fiduciário tenha direitos sobre o crédito rural concedido ao produtor como garantia.
- **Contratos de Compra e Venda com Reserva de Domínio:** Nesse tipo de contrato, o produtor rural pode comprar máquinas ou equipamentos com pagamento parcelado, onde o credor mantém a propriedade até o pagamento total.
- **Contratos de Interveniente Anuente:** Os contratos de financiamento rural frequentemente envolvem a participação de instituições financeiras, como cooperativas de crédito. O produtor pode celebrar um contrato de interveniente anuente para formalizar a participação da instituição financeira no acordo.

- **Contratos de Crédito de Recebíveis Agropecuários (CRA):** Esses contratos envolvem a securitização de recebíveis agrícolas, permitindo que os produtores antecipem seus recebimentos com base na produção futura.

É importante notar que a segurança na aquisição de crédito rural envolve a regularidade na documentação, o cumprimento das obrigações contratuais e o conhecimento das regras e regulamentações específicas para o setor agrícola.

3.2 GESTÃO DE INVESTIMENTOS E RISCOS

“Investimento é o ato de direcionar um capital presente, para gerar resultados futuros que compense o sacrifício da satisfação imediata e o tempo de espera.” (NETO, Ricardo Maroni, 2022, p.17).

Existem vários tipos de investimentos, e cada um deles com seu risco. Por isso é de suma importância entender sobre o mercado de atuação, o planejamento estratégico que irá ser aplicado, e seus riscos para que seja executado, desta forma a chance de resultados negativos ocorrerem será pequena e caso aconteça a organização estará preparada para tal evento.

A empresa tem que ter foco nos planejamentos dos setores estratégico, tático e operacional, analisar os novos produtos do mercado, fazer investimentos em pesquisas e treinamentos, e obter dados para uma análise de comportamento dos investimentos para tomada de decisões assertivas para uma elaboração de orçamento e políticas e procedimentos.

3.2.1 TIPOS DE RISCOS

Se existe organização existe risco, por isso é de extrema importância monitorar e os controlar, os quatro principais riscos de uma organização são:

Risco sistêmico, que afeta todo um sistema econômico, não apenas um determinado ramo de atividade, ele é causado por fatores externos como por exemplo a alta no preço do dólar afetando diretamente ou indiretamente.

Risco não sistêmico, é o que afeta determinado setor ou empresa, são causados por fatores internos e externos, como por exemplo uma seca na região ou uma praga na plantação, afetando apenas aquele nicho ou empresa.

Risco financeiro, são todos os riscos que a empresa corre financeiramente, que podem a fazer ter perda de capital, pode ocorrer por um investimento mal feito ou inadimplência dos clientes, afetando diretamente a saúde financeira da empresa.

Risco operacional, está relacionado com as atividades exercidas pela empresa, os processos de produção ou prestação de serviços são diretamente afetadas por este risco que podem ser causados por falta de capacitação ou equipamentos adequados para tal atividade.

Na empresa estudada, se evidenciam as ameaças de pragas ou fungos, mudanças climáticas, redução de mão de obra, desastres naturais, Cooperativa falir, flutuação de preço no mercado de atuação e falta de capital.

O investimento que será sugerido para organização é a expansão da área de plantio de café do tipo arábica, visando plantar quinze mil novos pés do mesmo, a compra custará de R\$55.500,00, dinheiro que a própria empresa tem. E com esse projeto de expansão se evidenciam os possíveis riscos no capital de giro da empresa que pode ser afetado pelo investimento de médio prazo, risco de plantio uma vez que fatores como clima e pragas podem afetar a plantação, a volatilidade do mercado ou oscilações de preços e a falta de mão de obra qualificada que podem afetar nos processos de plantio ao de vendas.

O capital de giro da empresa de acordo com as projeções não será afetado segundo o planejamento, nos dois primeiros anos o novo projeto não terá lucro porque o café dá frutos apenas no terceiro ano, porém o atual resultado da empresa já cobre todo o investimento assegurando as despesas do período, em relação a pragas e o clima será efetuado o mesmo processo do plantio já existente, e a volatilidade do mercado é resolvida com contrato de venda, que no caso é feito com a Cooxupé.

3.2.2 MATRIZ DE RISCO

A matriz de risco tem a finalidade de evidenciar e avaliar os riscos que um determinado evento pode ocorrer, qual sua probabilidade e qual o impacto causado caso venha acontecer.

Na empresa analisada a matriz de riscos destaca sete tipo de possíveis problemas no projeto desenvolvido. Eles foram listados cada um com sua probabilidade e consequências, de forma que seja feito um plano de ação para evitá-los ou minimizar os danos.

Tabela I - Matriz de riscos

MATRIZ DE RISCOS NA PLANTAÇÃO DE NOVOS PÉS DE CAFÉ ARÁBICA						
PROBABILIDADE	CONSEQUÊNCIAS					
	INSIGNIFICANTE	PEQUENA	MODERADA	GRANDES	CATASTRÓFICAS	
QUASE CERTA						
MUITO PROVÁVEL						
PROVÁVEL			VARIAÇÃO DO PREÇO	MUDANÇA CLIMÁTICA		
POUCO PROVÁVEL					PRAGAS OU FUNGOS	DESASTRES NATURAIS
IMPROVÁVEL				COOPERATIVA FALIR	REDUÇÃO DE MÃO DE OBRA	FALTA DE CAPITAL

PRAGAS OU FUNGOS	MUDANÇA CLIMÁTICA	REDUÇÃO DE MÃO DE OBRA	VARIAÇÃO DO PREÇO	FALTA DE CAPITAL	DESASTRES NATURAIS	COOPERATIVA FALIR
------------------	-------------------	------------------------	-------------------	------------------	--------------------	-------------------

Fonte: próprio autor

3.2.3 PARECER SOBRE INVESTIMENTOS E RISCOS

De acordo com a análise supracitada, a implantação de novos pés de café será um ótimo investimento, com o valor do VPL de R\$223.838,55 e TIR em 26% que são ótimos números de resultado do investimento comparado por exemplo com a taxa SELIC que atualmente está em 12,75%. E não irá comprometer a empresa financeiramente já que a renda atual supre as necessidades, e contará com os lucros em médio prazo.

Tabela II - Projeções de investimento e payback

Investimento	Juros
(55.500)	12,75%

Ano	Fluxo	VP	FLUXO e VPL	TIR	Payback
0		(55.500)			
1	R\$ -	-R\$ 44.345,90	-R\$ 99.845,90	26%	
2	R\$ -	-R\$ 39.331,17	-R\$ 139.177,07		
3	R\$ 50.000,00	R\$ 34.883,52	-R\$ 104.293,55		
4	R\$ 210.000,00	R\$ 129.943,06	R\$ 25.649,51		0,53
5	R\$ 260.000,00	R\$ 142.689,03	R\$ 168.338,54		
	R\$ 520.000,00	R\$ 223.838,54			

PAYBACK

Investimento	Fluxo (média)	Payback
R\$ 55.500,00	R\$ 104.000,00	0,53

Fonte: próprio autor

Imagem I - Dashboard projeto de expansão e payback

Fonte: próprio autor

3.3 TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO E BUSINESS INTELLIGENCE

“Pode-se dizer que o Dashboard, ou Painel de Controle, é um armazenador de várias formas de demonstrar relatórios, tabelas ou indicadores.” (CHAMON, José Eduardo, 2013,p. 13).

Dashboard é um painel que contém informações, métricas e indicadores de uma empresa. Ressaltando os números que de alguma forma ajudam a organização na elaboração de estratégias para o negócio e o alcance dos objetivos.

O principal objetivo do dashboard é apresentar de uma forma prática os números e informações importantes para a tomada de decisões da empresa, pois em uma única tela essas informações são demonstradas, melhorando a visualização. Além de ser uma ferramenta que auxilia na transparência corporativa, ou seja, colocando as informações à disposição para todos os colaboradores.

Resumidamente o dashboard serve para: mostrar indicadores e métricas de forma clara e objetiva, embasar a tomada de decisões, acompanhar o desempenho da empresa e facilitar o monitoramento dos dados.

3.3.1 DASHBOARD

O dashboard pode ser definido como um painel de informações, métricas ou informações atualizadas de maneira imediata para auxiliar nas tomadas de decisões. A ideia principal da ferramenta é demonstrar de maneira fácil as informações mais importantes para uma empresa. Ele pode possuir diversos aspectos, por esse motivo é possível ser utilizado por diversos setores.

Através dos dados pode-se gerar diversos painéis com gráficos e números que auxiliam na elaboração de estratégias, análises e comparativos, visto que, o dashboard é capaz de reunir informações de diversas áreas.

Existem três tipos de dashboards que atendem às principais necessidades de diversas empresas sendo eles:

Operacional: demonstrar as métricas que precisam ser acompanhadas para que ocorra o aperfeiçoamento das tarefas, gerando resultados melhores.

Tático: acompanhar as informações obtidas e visualizar os melhores resultados.

Estratégico: através desse dashboard é possível visualizar e comparar resultados com períodos anteriores, traçando uma estratégia para o negócio.

Por meio de informações coletadas e estudos realizados foi executado um projeto de expansão de plantio para o proprietário Flávio Donizetti Pereira, por meio dessas elaboramos um banco de dados contendo valores e projeções, através desse banco foi possível construir tabelas dinâmicas, que de forma reduzida apresentada as informações mais importantes, com as tabelas prontas criou - se segmentações de dados que permitam na criação de botões, esses botões eram responsáveis pela movimentação instantânea dos gráficos dinâmico, juntando todos esses elementos foi possível a criação do dashboard, apresentado abaixo:

Imagem II - Dashboard projeto de expansão e payback



Fonte: próprio autor

3.3.2 ANALISANDO O DASHBOARD

A partir das pesquisas realizadas e das informações apuradas no projeto, foi desenvolvido um dashboard. No qual, de maneira simples possibilitou a demonstração dos dados aos interessados.

Além disso, permitiu a apuração de novas ideias para possíveis investimentos, dos quais podem auxiliar no desenvolvimento e expansão do negócio.

No momento analisado, verificou-se que a empresa possui um fluxo de caixa adequado à situação do mercado atuante e que também dispõe de oportunidade em seu crescimento.

É possível verificar que com a expansão no plantio de café, o agricultor poderá ter um ótimo retorno financeiro após 3 anos (período no qual o café começa a produzir). Com um investimento de R\$55.500,00 apontado no projeto, a taxa de retorno gira em torno de 26% fornecendo um payback de aproximadamente 5 a 6 meses da colheita.

Importante ressaltar, que com esse investimento a taxa de retorno aponta um resultado superior a taxa Selic, o qual é claramente mais viável a aplicação do valor na plantação do produto cultivado do que em uma aplicação financeira.

3.4 CONTABILIDADE PÚBLICA

Roberto Piscitelli (2019) afirma que a contabilidade pública é um dos ramos mais complexos da ciência contábil e tem por objetivo captar, registrar, acumular, resumir e interpretar os dados públicos.

3.4.1 CONCEITO DA CONTABILIDADE PÚBLICA E CLASSIFICAÇÃO DAS PRINCIPAIS LEIS ORÇAMENTÁRIAS - (CF, LEI 4.320/64 e LRF).

Segundo Thiago Borges (2016) “Administração pública é todo o aparelhamento do Estado, preordenado à realização de seus serviços. O objetivo da administração pública é satisfazer as necessidades coletivas.”

Para Lemos (2023), é denominado gestão pública a gestão dos interesses públicos por meio da prestação de serviços, sendo dividida em direta e indireta.

No governo há quatro modalidades de administração pública, sendo:

- Municipal: cuida dos interesses da população dentro do território municipal
- Estadual: provedor de iniciativas para atender a necessidade da população em nível territorial como estado.
- Federal: assim como a administração pública municipal e estadual, o mesmo também possui a finalidade de atender os interesses da população dentro de seu limite territorial.
- Distrito Federal: objetivo de atender as necessidades públicas dentro de seu território, além de que também é responsável por receber representações diplomáticas

Assim como supracitado, a administração pública ela exibe-se em duas vertentes:

- Administração Direta

Para Lemos (2021), a administração direta é constituída por órgãos das pessoas jurídicas (União, Estados, Distrito Federal e Município) que executam atividades administrativas.

Essa administração visa executar os serviços de interesse público. Pode-se usar de exemplo o governo estadual que contém o Gabinete do Governador e suas respectivas Secretarias (Educação, Esporte, Saúde e Segurança Pública).

- Administração Indireta

Lemos (2021), aponta que essa administração é composta por entidades descentralizadas do governo, que tem por finalidade desempenhar os mais diversificados papéis na sociedade, entre outras palavras, prestar serviços à população.

Tais entidades, possuem CNPJ que por muitas vezes possuem recursos próprios e realizam atividades que geram receitas. Existem pelo menos cinco entidades, sendo elas: Autarquias Públicas, Fundações Públicas, Empresa Pública, Sociedades de Economia Mista e Empresa Pública.

CONSTITUIÇÃO FEDERAL DE 1988 - ART. 37

Segundo o site Jusbrasil (2021), o Art.37 da Constituição Federal de 1988, refere-se aos modelos de administração pública direta e indireta. Independente de qual seja o modelo seguindo, aplica-se aos Poderes da União, dos Estados, do Distrito federal e dos Municípios

seguir os princípios da legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência.

Como apresentado abaixo:

Art. 37. A administração pública direta e indireta de qualquer dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios obedecerá aos princípios de legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência (Constituição da República Federativa do Brasil de 1988, pág 21).

LEI Nº 4.320, DE 17 DE MARÇO DE 1967 - ART. 9, 11 e 13.

Das disposições preliminares, o capítulo II da Lei nº 4.320/64 identifica e explica a originalidade da receita no órgão público.

Art. 9º Tributo é a receita derivada instituída pelas entidades de direito público, compreendendo os impostos, as taxas e contribuições nos termos da constituição e das leis vigentes em matéria financeira, destinando-se o seu produto ao custeio de atividades gerais ou específicas exercidas por essas entidades. (Planalto, capítulo II)

A partir disso, adentra-se ao Art. 11 que dispõe os tipos de receitas, como citado abaixo.

Art. 11 - A receita classificar-se-á nas seguintes categorias econômicas: Receitas Correntes e Receitas de Capital. (Redação dada pelo Decreto Lei nº 1.939, de 1982)

§ 1º - São Receitas Correntes as receitas tributária, de contribuições, patrimonial, agropecuária, industrial, de serviços e outras e, ainda, as provenientes de recursos financeiros recebidos de outras pessoas de direito público ou privado, quando destinadas a atender despesas classificáveis em Despesas Correntes. (Redação dada pelo Decreto Lei nº 1.939, de 1982)

§ 2º - São Receitas de Capital as provenientes da realização de recursos financeiros oriundos de constituição de dívidas; da conversão, em espécie, de bens e direitos; os recursos recebidos de outras pessoas de direito público ou privado, destinados a atender despesas classificáveis em Despesas de Capital e, ainda, o superávit do Orçamento Corrente. (Redação dada pelo Decreto Lei nº 1.939, de 1982)

§ 3º - O superávit do Orçamento Corrente resultante do balanceamento dos totais das receitas e despesas correntes, apurado na demonstração a que se refere o Anexo nº 1, não constituirá item de receita orçamentária. (Planalto, capítulo II)

Em resumo, dentro da contabilidade pública, existe a receita corrente, receita de capital e o superávit. Cada um é utilizado de uma maneira diferente e específica, como aponta o artigo anexado acima.

LEI DE RESPONSABILIDADE FISCAL

Da Previsão e da Arrecadação:

Art. 11. Constituem requisitos essenciais da responsabilidade na gestão fiscal a instituição, previsão e efetiva arrecadação de todos os tributos da competência constitucional do ente da Federação.

Parágrafo único. É vedada a realização de transferências voluntárias para o ente que não observe o disposto no caput, no que se refere aos impostos.

Art. 12. As previsões de receita observarão as normas técnicas e legais, considerarão os efeitos das alterações na legislação, da variação do índice de preços, do crescimento econômico ou de qualquer outro fator relevante e serão acompanhadas de demonstrativo de sua evolução nos últimos três anos, da projeção para os dois seguintes àquele a que se referirem, e da metodologia de cálculo e premissas utilizadas.

§ 1º Reestimativa de receita por parte do Poder Legislativo só será admitida se comprovado erro ou omissão de ordem técnica ou legal.

§ 2º O montante previsto para as receitas de operações de crédito não poderá ser superior ao das despesas de capital constantes do projeto de lei orçamentária. (Vide ADI 2238)

§ 3º O Poder Executivo de cada ente colocará à disposição dos demais Poderes e do Ministério Público, no mínimo trinta dias antes do prazo final para encaminhamento de suas propostas orçamentárias, os estudos e as estimativas das receitas para o exercício subsequente, inclusive da corrente líquida, e as respectivas memórias de cálculo.

Art. 13. No prazo previsto no art. 8º, as receitas previstas serão desdobradas, pelo Poder Executivo, em metas bimestrais de arrecadação, com a especificação, em separado, quando cabível, das medidas de combate à evasão e à sonegação, da quantidade e valores de ações ajuizadas para cobrança da dívida ativa, bem como da evolução do montante dos créditos tributários passíveis de cobrança administrativa. (Planalto, 2023).

Da geração da Despesa:

Art. 15. Serão consideradas não autorizadas, irregulares e lesivas ao patrimônio público a geração de despesa ou assunção de obrigação que não atendam o disposto nos arts. 16 e 17.

Art. 16. A criação, expansão ou aperfeiçoamento de ação governamental que acarrete aumento da despesa será acompanhado de: (Vide ADI 6357)

I - estimativa do impacto orçamentário-financeiro no exercício em que deva entrar em vigor e nos dois subsequentes;

II - declaração do ordenador da despesa de que o aumento tem adequação orçamentária e financeira com a lei orçamentária anual e compatibilidade com o plano plurianual e com a lei de diretrizes orçamentárias.

§ 1º Para os fins desta Lei Complementar, considera-se:

I - adequada com a lei orçamentária anual, a despesa objeto de dotação específica e suficiente, ou que esteja abrangida por crédito genérico, de forma que somadas todas as despesas da mesma espécie, realizadas e a realizar, previstas no programa de trabalho, não sejam ultrapassados os limites estabelecidos para o exercício;

II - compatível com o plano plurianual e a lei de diretrizes orçamentárias, a despesa que se conforme com as diretrizes, objetivos, prioridades e metas previstos nesses instrumentos e não infrinja qualquer de suas disposições.

§ 2º A estimativa de que trata o inciso I do caput será acompanhada das premissas e metodologia de cálculo utilizadas.

§ 3º Ressalva-se do disposto neste artigo a despesa considerada irrelevante, nos termos em que dispuser a lei de diretrizes orçamentárias.

§ 4º As normas do caput constituem condição prévia para:

I - empenho e licitação de serviços, fornecimento de bens ou execução de obras;

II - desapropriação de imóveis urbanos a que se refere o § 3º do art. 182 da Constituição.

Art. 17. Considera-se obrigatória de caráter continuado a despesa corrente derivada de lei, medida provisória ou ato administrativo normativo que fixem para o ente a obrigação legal de sua execução por um período superior a dois exercícios. (Vide ADI 6357)

§ 1º Os atos que criarem ou aumentarem despesa de que trata o caput deverão ser instruídos com a estimativa prevista no inciso I do art. 16 e demonstrar a origem dos recursos para seu custeio. (Vide Lei Complementar nº 176, de 2020)

§ 2º Para efeito do atendimento do § 1º, o ato será acompanhado de comprovação de que a despesa criada ou aumentada não afetará as metas de resultados fiscais previstas no anexo referido no § 1º do art. 4º, devendo seus efeitos financeiros, nos períodos seguintes, ser compensados pelo aumento permanente de receita ou pela redução permanente de despesa. (Vide Lei Complementar nº 176, de 2020)

§ 3o Para efeito do § 2o, considera-se aumento permanente de receita o proveniente da elevação de alíquotas, ampliação da base de cálculo, majoração ou criação de tributo ou contribuição. (Vide Lei Complementar nº 176, de 2020)

§ 4o A comprovação referida no § 2o, apresentada pelo proponente, conterà as premissas e metodologia de cálculo utilizadas, sem prejuízo do exame de compatibilidade da despesa com as demais normas do plano plurianual e da lei de diretrizes orçamentárias. (Vide Lei Complementar nº 176, de 2020)

§ 5o A despesa de que trata este artigo não será executada antes da implementação das medidas referidas no § 2o, as quais integrarão o instrumento que a criar ou aumentar. (Vide Lei Complementar nº 176, de 2020)

§ 6o O disposto no § 1o não se aplica às despesas destinadas ao serviço da dívida nem ao reajustamento de remuneração de pessoal de que trata o inciso X do art. 37 da Constituição.

§ 7o Considera-se aumento de despesa a prorrogação daquela criada por prazo determinado. (Planalto, 2023)

3.4.2 MARCAS QUE DEFINEM O DESEMPENHO DA GESTÃO PÚBLICA: PPA, LDO E LOA

O plano orçamentário da administração pública é:

- Plano Plurianual (PPA):

§ 1º A lei que instituir o plano plurianual estabelecerá, de forma regionalizada, as diretrizes, objetivos e metas da administração pública federal para as despesas de capital e outras delas decorrentes e para as relativas aos programas de duração continuada. (Planalto, art 165).

O plano plurianual é estabelecido por lei, sendo o principal instrumento do governo para definição do planejamento orçamentário, possui uma validade equivalente a 4 anos iniciando no segundo ano do mandato de um presidente, prolongando-se até o primeiro ano do mandato de seu sucessor.

Através dele é definido de forma regionalizada as diretrizes, metas e objetivos, dos programas da administração direta e indireta dentro do período supracitado. Determina como serão realizadas as grandes obras (hospitais e escolas) e os serviços públicos (atendimento à saúde, ensino e segurança) que contribuem para a qualidade de vida da população.

O Poder Executivo propõe um projeto de lei e então a partir disso inicia-se a elaboração do PPA, o mesmo deverá ser submetido ao Congresso Nacional em até quatro meses antes do encerramento do primeiro ano de mandato do presidente.

- Lei das Diretrizes Orçamentárias (LDO):

Segundo o site Câmara dos Deputados (2023) a LDO tem como objetivo estabelecer as regras para a elaboração da Lei Orçamentária Anual (LOA) do próximo ano. Essa lei também:

- determina o nível de equilíbrio entre as receitas e despesas
- traça as regras para as despesas de poderes como executivo, legislativo e judiciário

- é capaz de aumentar as despesas com pessoal
- indica as prioridades do financeiro com o cofre público
- disciplina o repasse de verbas para os estados, municípios e entidades privadas

§ 2º A lei de diretrizes orçamentárias compreenderá as metas e prioridades da administração pública federal, estabelecerá as diretrizes de política fiscal e respectivas metas, em consonância com trajetória sustentável da dívida pública, orientará a elaboração da lei orçamentária anual, disporá sobre as alterações na legislação tributária e estabelecerá a política de aplicação das agências financeiras oficiais de fomento. (Planalto, art 165).

O projeto dessa lei, deverá ser enviado pelo Executivo Federal ao Congresso Nacional até Abril de cada ano, devendo ser sancionado até julho do mesmo ano.

- Lei Orçamentária Anual (LOA)

§ 6º O projeto de lei orçamentária será acompanhado de demonstrativo regionalizado de efeito, sobre as receitas e despesas, decorrente de isenções, anistias, remissões, subsídios e benefícios de natureza financeira, tributária e creditícia. (Planalto, art 165)

O site Senado (2023) aborda que a Lei do Orçamento Anual é o orçamento propriamente dito, essa lei estima as receitas e fixa as despesas públicas para um determinado período do exercício financeiro.

A LOA contém os gastos do governo e seu projeto deve ser enviado ao Congresso Nacional até o dia 31 de agosto de cada ano. Após o envio, é discutido pelos deputados e senadores a proposta enviada pelo Executivo, realizando os ajustes necessários.

Após a votação, é enviado ao Congresso para aprovação e por último enviado à sanção do presidente da república.

Ainda percebe-se na LDO que o governo tem certos limites, principalmente, no meio das despesas.

Comparação entre a Constituição Federal 88, Art. 165 e Lei de Responsabilidade Fiscal (Lei Complementar 101/00)

- CF - Constituição Federal 88, artigo 165: A Constituição Federal de 1988, no artigo 165, estabelece a obrigatoriedade de elaboração do Plano Plurianual (PPA), da Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) e da Lei Orçamentária Anual (LOA) como instrumentos de planejamento, execução e controle do orçamento público.
- LRF - Lei de Responsabilidade Fiscal (Lei Complementar 101/00): A LRF também estabelece a obrigatoriedade da elaboração do Plano Plurianual (PPA), da Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) e da Lei Orçamentária Anual (LOA) como instrumentos de planejamento, execução e controle do orçamento público, além de impor limites e regras para a gestão fiscal responsável.

Pontos em comum: Ambas a CF e a LRF estabelecem a importância e a obrigatoriedade da elaboração do PPA, LDO e LOA como instrumentos de planejamento e controle do orçamento público.

Pontos relevantes: A CF estabelece os princípios gerais e as diretrizes para a elaboração do PPA, LDO e LOA, enquanto a LRF estabelece limites e regras específicas para a gestão fiscal responsável, incluindo aspectos como transparência, responsabilidade na gestão fiscal, limites de despesas com pessoal, entre outros.

3.4.3 REGISTROS CONTÁBEIS NA CONTABILIDADE PÚBLICA

PLANO DE CONTAS NO SETOR PÚBLICO

Segundo Roberto Pscitelli (2019) o Pcasp estabelece conceitos básicos, regras para registro dos atos e fatos, e estrutura contábil padronizada, em conformidade com os dispositivos legais vigentes e observadas as NBC TSP.

O plano de contas no setor público - PCASP, tem como objetivo reduzir as divergências conceituais e procedimentais, para a transparência da gestão fiscal, da racionalização de custos nas entidades da federação e no controle social. Tal procedimento, busca fornecer informações úteis aos interessados e auxilia na fiscalização dos recursos de origem pública.

Com o objetivo de uniformizar as práticas contábeis, a Secretaria do Tesouro Nacional (STN), em conjunto com o Grupo Técnico de Procedimentos Contábeis (GTCON), elaborou o Plano de Contas Aplicado ao Setor Público (PCASP), adequado aos dispositivos legais vigentes, às Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público (NBC T SP), aos padrões internacionais de Contabilidade do Setor Público e às regras e procedimentos de Estatísticas de Finanças Públicas reconhecidas por organismos internacionais.”(Portal Tesouro Transparente, 2023).

O PCASP deve ser atualizado e publicado na internet anualmente, para o exercício do ano seguinte, visto que, os entes precisam de referência para o desenrolar de suas atividades da rotina e dos sistemas.

O setor público, deve apresentar as seguintes demonstrações contábeis:

- Balanço Orçamentário
- Balanço Financeiro
- Balanço Patrimonial
- Demonstrações das Variações Patrimoniais
- Demonstração dos Fluxos de Caixa

Já o setor privado, precisa apresentar as seguintes demonstrações contábeis:

- Balanço Patrimonial
- Demonstração do Resultado do Exercício (DRE)
- Demonstração de Lucros ou Prejuízos Acumulados (DLPA)
- Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido (DMPL)
- Demonstração dos Fluxos de Caixa (DFC)
- Demonstração do Valor Adicionado (DVA)
- Demonstração do Resultado Abrangente (DRA)
- Notas Explicativas.

ORÇAMENTO

O site Onze (2023) aponta que o orçamento é um plano que ajuda a estimar despesas, ganhos e oportunidades de investimento em um período determinado de tempo. A partir da sua definição, é possível estabelecer objetivos, que vão permitir que os resultados sejam acompanhados de perto e medidos.

Na esfera pública, como apresentado abaixo, orçamento serve para detalhar e provisionar os recursos que serão arrecadados e para onde os mesmos serão destinados.

O orçamento público é o instrumento de planejamento que detalha a previsão dos recursos a serem arrecadados (impostos e outras receitas estimadas) e a destinação desses recursos (ou seja, em quais despesas esses recursos serão utilizados) a cada ano. Ao englobar receitas e despesas, o orçamento é peça fundamental para o equilíbrio das contas públicas e indica as prioridades do Governo para a sociedade.

A União, cada estado e cada município elaboram anualmente seu orçamento. No Orçamento da União, é possível encontrar os valores que o Governo Federal pretende gastar com o seu funcionamento e na execução das políticas públicas, como as de saúde, educação, e segurança. Somente as despesas ali previstas podem ser executadas. (GOV, 2023)

Na esfera privada, o orçamento tem a mesma característica da pública, ele é realizado para provisionar o que será recebido e o que deverá ser pago, para a melhor tomada de decisão.

AGRONEGÓCIO NO PODER PÚBLICO

A cidade utilizada para levantamento de dados no que diz respeito ao agronegócio na esfera do governo municipal, foi Caconde-SP. Tal cidade é forte na produção e comercialização de café.

No entanto, após pesquisas, foi observado na documentação de Caconde disponibilizada no site oficial da cidade que não existe qualquer receita ou despesa com o agronegócio.

Ainda no estado de São Paulo, foi utilizado o município de Casa Branca para pesquisa voltada às despesas e receitas aplicadas à agricultura.

Em 2023, foi estimado para o programa uma receita equivalente a R\$700.000,00 para a Secretaria de Desenvolvimento Econômico e Sustentabilidade, com o intuito de, proporcionar condições de escoação da produção agrícola do município, Incentivando à produção de alimentos, de defender e promover o consumo alimentar e de regular os preços dos alimentos no mercado.

Em relação às despesas, foi aplicado na agricultura o equivalente a R\$270.000,00 como “Promoção da Produção Agropecuária” .

3.5 CONTEÚDO DA FORMAÇÃO PARA A VIDA: LIDERANDO NA ATUALIDADE

3.5.1 LIDERANDO NA ATUALIDADE

- **Tópico 1:** A arte de influenciar pessoas

Diariamente, é comum vermos variadas ideias a respeito da necessidade de desenvolvimento de um espírito de liderança e de como obter esse tipo de comportamento. Sendo amplamente enfatizado no ambiente empresarial, o profissional que possui tal performance, obtém grande destaque em sua área de atuação.

Para se obter essa qualidade, antes de tudo, é preciso basear suas ações em virtudes como responsabilidade, ética e respeito ao próximo. Esses traços de personalidade são elementos essenciais na construção de um comportamento direcionador, capaz de expor de forma clara e eficiente, e convencer os demais que tal concepção é algo importante e deve receber um olhar cauteloso frente a outros pontos de vista e demandas.

Em síntese, é preciso entender que saber liderar está intimamente ligado à ideia de desenvolvimento pessoal constante. Porém também é significativo a ressalva de que haverá erros durante o processo, erros graves e irrelevantes, entretanto é fundamental a resiliência frente aos desafios e foco nos objetivos almejados.

- **Tópico 2:** Líder de mim mesmo

Antes de saber de ser um bom líder de grupo, possuir qualidades que garantam o trabalho em equipe e o engajamento do grupo para se obter o objetivo esperado, o indivíduo

precisa antes, ser líder de seu próprio corpo e mente. É importante entender que para amadurecermos a ideia de capacidade de liderança, é preciso estabelecer metas próprias de desenvolvimento individual, como capacidade de resolver problemas, interação e crescimento profissional.

O indivíduo que busca ter a capacidade de liderança, deve buscar sempre o amadurecimento como pessoa, buscar diariamente seu desenvolvimento pessoal e a inclusão, através de práticas que visem o destaque seja a nível pessoal, ou profissional.

Uma das características mais importantes de se garantir o controle de si mesmo é o exercício da inteligência emocional, hábito amplamente estimulado e atual, que consiste na que visa a estabilidade e controle emocional. Tal prática exige do indivíduo o exercício do autoconhecimento, certa independência frente a outras pessoas e amor próprio. Habilidades como estas são determinantes para se atingir a auto liderança.

- **Tópico 3: Líder de outras pessoas**

Um líder que busca obter capacidade adequada de liderar e influenciar positivamente a vida de outras pessoas, precisa antes de tudo, ser confiante e passar confiança. O conhecimento técnico juntamente com um comportamento pautado por princípios de bom comportamento, ética e respeito, bom relacionamento interpessoal e confiança.

Além de possuir tais aptidões, um bom líder de pessoas gera oportunidades, coloca sua equipe em situações que mostram o melhor de si mesmos, elabora projetos e estimula que todos participem e exponham da melhor maneira suas ideias, criatividade e capacidade de trabalhar em equipe.

- **Tópico 4: Conheça seu estilo**

Existem vários tipos de liderança e diversas ocasiões em que podem ser aplicadas formas diferentes de liderança, seja de situação ou de maneira plena, é importante conhecermos e entendermos quais são nossos tipos de liderança para melhor aplicarmos em nossas tarefas diárias e também no ambiente profissional, a fim de atingir melhores resultados.

Líder Situacional: Diz respeito ao indivíduo que se adapta facilmente ao ambiente, conseguindo identificar rapidamente a dinâmica local e se adaptando a ela.

Líder Diretivo: focado mais em treinamento, onde o líder tem mais função de delegar tarefas a equipe.

Líder Participativo: Aquele líder estimulador, que incentiva a equipe a participar juntos da tomada de decisão e a desenvolver suas habilidades.

Líder Liberal: Esse é estilo de liderança de uma equipe mais madura, onde líder tem acesso às informações, entretanto estimula que a equipe tome a decisão.

3.5.2 ESTUDANTES NA PRÁTICA

O Banner apresentado a seguir, traz informações em síntese a respeito da temática sobre o que é liderança, a importância de um líder, as diferentes formas de se alcançar esse tipo de comportamento, os desafios encontrados e os vários aspectos que devem estar baseados a conduta liderante com a equipe e frente às situações do dia a dia. Além disso, apresenta os quatro estilos de liderança, evidenciando suas formas de atuação, o contexto que é mais indicado e suas principais diferenças.

LIDERANÇA

CAPACIDADE DE ENGAJAR
OUTRAS PESSOAS A FIM DE
ATINGIR UM OBJETIVO.



4 CONCLUSÃO

O agronegócio é a área de maior crescimento no mercado, ele movimentando a economia do país. A empresa estudada produz um produto muito forte, sendo o café, um dos principais commodities para exportação.

Apesar da agricultura ser a maior geradora de renda e de empregos na cidade de Caconde, a mesma não dispõe de incentivos do poder público para os agricultores do município, não colaborando com a expansão ou incentivos de crescimentos e futuros investimentos.

Depois de ser feito um estudo dos dados, pode-se observar que o produtor mesmo com todos os riscos envolvidos obtém um bom fluxo de caixa, e muita oportunidade de crescimento no mercado atuante como pode ser evidenciado através do VPL e TIR ele terá um bom retorno financeiro dos seus investimentos.

Avaliamos também que o produtor rural deve utilizar da contabilidade para fortalecer suas estratégias e planejamento de curto, médio e longo prazo. Através dos demonstrativos contábeis também é possível demonstrar de forma clara a situação patrimonial e financeira da empresa para viabilizar a liberação de linhas de crédito vantajosas com as instituições financeiras e cooperativas de crédito.

REFERÊNCIAS

Artigo 37 da Constituição Federal de 1988. Disponível em:

<https://www.jusbrasil.com.br/topicos/2186546/artigo-37-da-constituicao-federal-de-1988>.

Acesso em 07 set. 2023.

BORGES, Thiago B. Fundamentos de contabilidade pública: Grupo A, 2016. E-book. ISBN 9788569726432. Disponível em:

<https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788569726432/>. Acesso em 6 out. 2023.

BRASIL. Constituição (1988). Emenda constitucional. Lex: Legislação federal e marginalia. Brasília, 5 out. 1988.

CAVATON, T. F.; Embrapa produção vegetal. Produtividade média dos Cafés do Brasil equivale a 28,9 sacas por hectare em 2023, 2023. Disponível em:

<https://embrapa.br/busca-de-noticias/-/noticia/80992551/produktividade-media-dos-cafes-do-brasil-equivale-a-289-sacas-por-hectare-em-2023#:~:text=23%20Produ%C3%A7%C3%A3o%20vegetal,-Produtividade%20m%C3%A9dia%20dos%20Caf%C3%A9s%20do%20Brasil%20equivale%20a%2028,sacas%20por%20hectare%20em%202023>. Acesso em 13 out. 2023.

CHAMON, José E. Gráficos em Dashboard para Microsoft Excel 2013. São Paulo: Editora Saraiva, 2013.

CREPALDI, Silvio Aparecido. Contabilidade rural uma abordagem decisorial. Edição 9. São Paulo: Editora Atlas, 2019.

Dashboard: o que é e como criar o seu?. Locaweb, 2023. Disponível em:

<https://locaweb.com.br/blog/temas/marketing-e-seo/dashboard-o-que-e-e-como-criar-o-seu/>

Acesso em 20 out. 2023.

Descubra o que é um dashboard e como ele pode ajudar uma empresa. Com School, 2022.

Disponível em:

<https://comschool.com.br/blog/o-que-e-dashboard-comschool-explica#:~:text=O%20dashboar d%20%C3%A9%20um%20painel,plataformas%20em%20um%20%C3%BAnico%20lugar>.

Acesso em 27 out. 2023.

Dez curiosidades do pé de café. Estadão, 2023. Disponível em:

<https://summitagro.estadao.com.br/noticias-do-campo/10-curiosidades-do-pe-de-cafe/#:~:text=6.-,Produtividade,de%20R%24%20400%20por%20saca>. Acesso em 13 out. 2023.

Indicador Café Arábica - Cepea/Esalq. Notícias agrícolas. Disponível em: <https://noticiasagricolas.com.br/cotacoes/cafe/indicador-cepea-esalq-cafe-arabica>. Acesso em 15 set. 2023.

LDO - Lei de Diretrizes Orçamentárias. Câmara. Distrito Federal. 2023. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/orcamento-da-uniao/leis-orcamentarias/ldo>. Acesso em 07 set. 2023.

Legislação Orçamentária. Senado. Disponível em: <https://www12.senado.leg.br/orcamento/legislacao-orcamentaria>. Acesso em 12 out. 2023.

LEMOS, Marcelo. Contabilidade e orçamento governamental. 2ª edição. Rio de Janeiro: Freitas Bastos. 2021.

NETO, Ricardo Maroni. Análise de investimentos econômicos e financeiros. 1º edição. Rio de Janeiro: Freita Bastos. 2023.

O Que é Dashboard: Tipos, funcionalidades e como fazer um. Neilpatel. Disponível em: <https://neilpatel.com/br/blog/dashboard-o-que-e/>. Acesso em 27 out. 2023.

Orçamento: o que é, tipos e como elaborar o seu. Onze. Disponível em: <https://www.onze.com.br/blog/orcamento-o-que-e-tipos-e-como-elaborar-o-seu>. Acesso em 02 nov. 2023.

Orçamento Público. Gov. Disponível em: <https://www.gov.br/economia/pt-br/assuntos/planejamento-e-orcamento/orcamento>. Acesso em 02 nov. 2023.

PISCITELLI, Roberto B. Contabilidade Pública : Grupo GEN, 2019. E-book. ISBN 9788597021509. Disponível em: <https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788597021509/>. Acesso em 27 out. 2023.